

# ANTÔNIO VIEIRA E OS MARES DO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DO “SERMÃO DOS PEIXES”

Eduardo Gusmão de QUADROS\*

*Não é o temor do Inferno o que me há de levar ao céu; o amor de quem lá se deixa gozar, sim. Oh! Que bem empregados mares, e que bem padecidos maranhões, se por eles se chegar com segurança a tanta felicidade.*

Pe. Antônio Vieira, Carta ao Pe. Francisco de Moraes, 06/05/1653.

## RESUMO

Os sermões de Antônio Vieira foram incorporados à história da literatura brasileira e portuguesa. Mas eles seriam mesmo literatura? Poderiam ser utilizados como fontes históricas? Neste artigo, refletimos sobre tais questões, utilizando teorias literárias para compreender a história e a experiência histórica para iluminar a análise textual. O estudo é feito tendo por base o “Sermão dos Peixes”, proferido em 1654, na cidade de São Luís do Maranhão.

O céu aparece à nossa frente. Não está claro, límpido; também não está nublado. Apenas há o céu com algumas nuvens, visto através das folhagens das árvores. A câmera prossegue, um pouco trêmula, sempre fitando-o. Parece buscar um caminho, entretanto não olha para frente. Só para cima. Mesmo que o céu se esconda por detrás das copas das árvores.

---

\* Doutorando em História pela UNB e professor da área de História da UEG.

Assim inicia o filme “Paixão e Utopia” do diretor lusitano Manuel de Oliveira (Portugal, 2000). A película trata daquele que costuma ser considerado o maior pregador da língua portuguesa: Antônio Vieira. Sua vida é narrada a partir das palavras do biografado, muito mais que dos eventos. O texto do filme são os textos do próprio Vieira. Com isso, destacam-se os grandes embates que enfrentou, da juventude à sua morte.

Para combater é necessário olhar para a terra. Deve-se antes conhecê-la, esquadrinhá-la e, desta forma, elaborar uma boa estratégia. Mas Antônio Vieira não era militar. Tornara-se um sacerdote. Servia em uma companhia, é verdade, só que esta era a de Jesus. Sua “missão” seria resgatar almas para o paraíso.

Padre Vieira não conhecia muito bem as terras do Maranhão. Nasceu em Lisboa, em 1608, e com apenas seis anos mudou-se para a Bahia com a família. Lá foi ordenado padre, em 1634. Após a “restauração” lusa (1640), viajou para a Europa, onde permaneceu até os fins de 1652. Partiu, então, para o Estado do Maranhão<sup>1</sup>, com o posto de superior das missões jesuíticas.

O “Sermão dos Peixes”, tema deste estudo, foi pregado na rústica igreja matriz de São Luís, em 13 de junho de 1654. Padre Vieira já havia exercido altas funções no reinado D. João IV e possuía muito prestígio na corte. Ao vir para o Maranhão, parece ter mantido os olhos no além-mar. Apenas três dias após o referido sermão, retornou a Lisboa, com a expectativa de conseguir leis que protegessem as missões religiosas e os povos indígenas da Amazônia.

Se padre Vieira não conhecia tão bem aquelas terras, isso não o impedia de discernir os diversos problemas ali encontrados. Isso porque, como bom teólogo, ele acreditava na teoria da corrompida “natureza humana”. A cobiça igualmente atingia os homens, na civilização européia ou nos confins

---

<sup>1</sup> O Estado do Maranhão, que incluía toda a Amazônia portuguesa, era administrativamente independente do Estado do Brasil, desde 1621.

do Império Português. A busca de riquezas terrenas, de poder, honra, prazeres momentâneos sempre levava ao desprezo pelos “tesouros celestiais”. A grande tarefa dos pregadores era, justamente, converter tal mundo decaído: demonstrar os desvios e percalços para se permanecer no “caminho do céu” (Neves, 1997, p.114).

## 1. A “literatura” dos sermões

Sermões continuam a acontecer. Todos os dias e ainda no Maranhão. Eles não são incluídos nas obras sobre literatura, nem são considerados, de modo geral, uma fonte histórica. Com Antônio Vieira, é diferente. Seus sermões estão transcritos até nos manuais didáticos, tanto de história como de literatura brasileira. Por que a diferença?

Aqueles que, como Flávio Kothe, julgam não serem os sermões literatura estão corretos. Padre Antônio Vieira, afinal, escreveu pregações, cartas, textos políticos; “nada do que se considera literatura” (Kothe, 1997, p.317). Cartas e sermões até podem fazer parte de romances, contos, novelas, diz este autor, mas nesse caso “a função” estética predomina, enquanto a forma oriunda de outras séries torna-se secundária, acessória (id., *ibid.*)

Uma pregação, de padres ou pastores, não tem objetivo estético. Através das palavras, eles querem instruir seu auditório quanto à dimensão “espiritual”; transmitir uma mensagem que, em última instância, provém de Deus. Adequar o comportamento dos fiéis à vontade de Deus é a função dos sermões desde a época do apóstolo Paulo (II Tm. 3, 15-17). Mas só porque é pragmático, fundado sobre um conjunto de crenças, o sermão deixa de ser literatura?

Conforme o conceito de literatura que operamos hoje, sim. A noção de literatura foi sendo identificada com a obra de ficção, com uma linguagem não instrumental trabalhada sistematicamente. Isto ocorreu recentemente, no século XIX, diz Todorov (1980, p.11). A cultura romântico-burguesa fez da obra literária algo autônomo e relativamente inútil (Nanciene,

s/d, p.179). Ao se falar de escritor ou mesmo de literatura para as épocas anteriores é bom ter em mente o anacronismo implícito.

Por outro lado, obviamente existiam espaços para a circulação das idéias antes da invenção da literatura enquanto tal. Tais espaços eram caracterizados pela oralidade, muito mais que pelo escrito. São, por exemplo, os discursos nas cerimônias públicas ou os sermões das celebrações religiosas. No Brasil da época colonial, com índice tão alto de analfabetismo, pode-se considerar estes momentos como os de verdadeira “produção literária” (Cândido, 1985, p.78).

Há ainda o problema da crença religiosa. Ele se manifesta de duas maneiras. O avanço do processo de secularização levou à independência de muitas áreas em relação a religião, inclusive a artística. Com a modernidade, vigora a idéia de que a arte deve deixar de defender qualquer causa, a não ser o conhecimento do próprio ser humano (Nanciene, s/d, p.192). Os escritores, portanto, foram afastando-se do referencial religioso, escolhendo os temas e personagens de suas obras a partir da própria subjetividade<sup>2</sup>.

Complementarmente, o movimento das instituições religiosas foi na mesma direção. Desde a patrística os teólogos opunham a Palavra de Deus, revelada, às obras inventadas pelos homens. A teologia quer ser verdade, não ficção (Magalhães, 2000, p.57). Quando os pregadores falam dos púlpitos, no século XVII ou hoje, têm esse pressuposto.

Essas rupturas trazem algumas dificuldades. A obra literária também não defende uma série de valores e crenças? Ou – por que não usar a palavra – de verdades? A literatura “é sempre dogmática”, diz Barthes (1970, p.183). Já para Benjamin, o sentido da vida é o eixo em torno do qual se movem os romances (1980, p.68). Não é esta a mesma questão da busca religiosa (Alves, 1999, p.121)? Para Sevcenko, a obra literária seria fruto de desejos e possibilidades que não ocorreram (1983, p.20). Ora, a mensagem

---

<sup>2</sup> Isto é percebido no conceito de literatura dado por Roland Barthes. Ela seria o “conjunto de objetos, de técnicas e de obras cuja função na economia geral de nossa sociedade é precisamente a de institucionalizar a subjetividade” (1986, p.64).

religiosa não é permeada de símbolos para estes desejos irrealizáveis?<sup>3</sup> Em suma, existem muito mais elementos comuns entre a religião e a literatura do que qualquer vã teoria possa sequer suspeitar.<sup>4</sup>

O sermão, quando pregado, quer negar-se enquanto discurso para transmutar-se em prática. É o próprio Vieira que assim estabelece no “Sermão da sexagésima” (1959<sup>a</sup>, pp.14-15)<sup>5</sup>. Contudo, o grande jesuíta dedicou as duas últimas décadas de sua vida à edição dos seus sermões. Inverteu o processo, portanto: trouxe da oralidade para a escrita, do escutado para o lido, do momentâneo para a eternidade. Ele transformou suas pregações em “literatura”, havendo um mercado ávido para possuí-los desta forma<sup>6</sup>. É assim que o acessamos hoje, sem o riquíssimo gestual, sem as alternâncias da voz, sem todo o “teatro” das pregações barrocas (Morão e Galego, 1995).

---

<sup>3</sup> Na conclusão de suas “Preleções sobre a essência da religião”, Feuerbach ensina: “Existem muitos desejos do homem que não se compreendem bem quando se crê que eles deveriam ser realizados. Eles querem permanecer desejos... (1980, p.230). O cristianismo teria estabelecido como meta a realização dos desejos irrealizáveis do homem” (id., p.233).

<sup>4</sup> Um bom balanço dos diversos cruzamentos entre as duas áreas encontra-se no verbete “literatura e teologia” da obra organizada por Eicher (1993, p.479-498).

<sup>5</sup> Esta ênfase na prática, aliás, é constante nos sermões vieirianos. Corresponde ao deslocamento, percebido por Certeau, ocorrido no século XVII da mística para a ação (1982, p.135). Sobre a íntima relação entre pregação e prática em Vieira, Neves afirma na sua análise do Sermão da Sexagésima: “A pregação de Vieira, aqui e muitas vezes, é o tecido de uma trama fortemente elaborada de discurso religioso, político e moral que visa não apenas a salvação de almas, mas pretende, a seu modo, esclarecer e conciliar pessoas e grupos a uma ação prático-social, solicitando (insinuando) por vezes uma entrada urgente e imediata em ação” (1997, p.94).

<sup>6</sup> Já haviam sido editados, sem autorização do autor, alguns sermões em Lisboa. Sobre esta demanda ver Pécora (1994, p.46).

## 2. A biografia e a personagem

*... não cuidei que era tão mau o mundo, com ter visto e sabido tanto dele.*

Pe. Antônio Vieira, carta ao padre provincial em 1654

Padre Antônio Vieira não parece ter gostado muito do Maranhão que encontrou. Isso não é válido, é verdade, em relação aos índios. Eles, há muito tempo, empolgavam o Jesuíta. Na sua ordenação sacerdotal, fizera um voto de dedicar toda a sua inteligência, todo o seu talento, na causa dos nativos da América (Quadros, 2002). Nas terras maranhenses, este amor se aprofundou, como se vê nesta descrição das aldeias visitadas:

*... esta gente não tem vícios, nem os embaraços de consciência, com que vivem pela maior parte os homens de maior polícia, porque neles não há ódios; nem invejas, nem vinganças, nem cobiças, nem ambições, nem restituições, nem demandas, nem heranças, nem testamentos. Temos por certeza que todo índio que morre com os sacramentos se salva... (1952, p.131).*

Já os portugueses não eram dignos nem de receber os sacramentos<sup>7</sup>. Logo após desembarcar em São Luís, no início de 1653, Vieira escreveu ao rei tratando dos “moradores” do Estado:

*Os portugueses, Senhor, vivem nestas partes em necessidade espiritual pouco menos que extrema, com grande falta de doutrina e sacramentos, havendo muitos deles que não ouvem missa nem pregação*

---

<sup>7</sup> Ao chegar, os jesuítas tinham feito um acordo de não tratar do pecado dos cativeiros injustos, em que todos viviam, nas confissões. Esperavam a publicação da lei de fevereiro de 1653 decretando a liberdade de todos os índios. A carta ao padre provincial da Companhia em 22 de maio de 1653 traz este acordo (1952, p.99).

em todo o ano, nem sabem os dias santos para os guardarem, nem os guardam, ainda que os saibam, nem há quem a isso os obrigue; o qual desamparo é ainda maior nas mulheres, filhos e filhas, morrendo não poucas vezes uns e outros sem confissão. (1952, p.84)

O povo vivia como se fosse ateu, na ótica do sacerdote. As autoridades que poderiam corrigi-lo eram corruptas. Mesmo o clero religioso era formado por pessoas “de vida e doutrina pouco ajustada” (id., *ibid.*). O pessimismo de padre Vieira talvez se justificasse pelo desgosto com que ele deixou a corte, julga seu maior biógrafo, Lúcio D’Azevedo (1918, p.195). Entretanto, no decorrer das cartas, as críticas persistem. A nosso ver, as cores tristes saídas da pena do grande pregador não podem ser atribuídas apenas a um fugaz estado emocional.

Havia um conflito de projetos. Conflito que perpassa toda a colonização da América Portuguesa. De um lado, a conquista e exploração demarcada pelo sistema colonial; do outro, os ideais religiosos de levar a luz do Evangelho aos outros povos. Os dois projetos deveriam estar unidos – basta lembrar do padroado régio – contudo, a instituição eclesiástica nunca se resumiu a ser um “braço ideológico” do Estado.

Concretamente na Amazônia, o confronto se dava no trato com os povos nativos. Os povoadores lusitanos achavam justo cativar os indígenas. Para eles, diz o cronista pe. José de Moraes, “Deus lhes dera (os índios) para seu serviço, por serem gente bruta, a quem é mais conveniente o cativo (...) em poder de quem os doutrine nos mistérios da fé, que estarem se matando uns aos outros, e vivendo nos matos à maneira das feras” (1987, p.241). Mas os colonos não eram somente pessoas cruéis e desumanas, como muitas vezes são caracterizados pelos padres. Seu projeto possuía certa racionalidade, dentro da visão da época, estando suas práticas legitimadas na cultura escravista já secular em Portugal.

Para a igreja, todavia, a identificação entre os “negros de Guiné” e os “negros da terra” não poderia ser realizada. Os aborígenes da América eram verdadeiramente humanos, possuíam “alma” e direito à liberdade, como o

Papa determinara<sup>8</sup>. A legislação portuguesa, apesar das idas e vindas, concordava em sua essência com a eclesiástica, estabelecendo o direito à liberdade dos índios (Beozzo, 1983, p.20).

Existiam dois projetos distintos, mas muitos intercâmbios entre os dois. Foi o próprio Antônio Vieira que propôs uma via intermédia. O fez através do sermão pregado no início da quaresma de 1653 (1959b, pp.1-22), após a publicação da lei libertando os índios cativos. O sermão é duro com os fiéis, acusando-os de estarem sendo piores que os ferozes turcos quando não restituem a liberdade a quem é devida (id., p.13). Passa a discutir, então, os argumentos colocados pelos colonos:

Este povo, esta república, este estado não se pode sustentar sem índios. Quem nos há de ir buscar um pote de água, ou um feixe de lenha? Quem nos há de fazer duas covas de mandioca? (...) Ah fazendas do Maranhão, que se estes mantos e essas capas se torcessem, haviam de lançar sangue! (id., p.14)

Padre Vieira, na sua argumentação, não nega a importância do trabalho dos índios. Não deseja que eles deixem de buscar água, lenha ou fazer roças. Sua proposta consiste apenas na remuneração dos trabalhadores, devendo receber pagamento como qualquer pessoa livre. Além disso, propõe que os índios descidos para os aldeamentos sirvam aos moradores por

---

<sup>8</sup> A bula *Sublimis Deus*, proclamada pelo papa Paulo III em 1537, afirma: "O adversário do gênero humano, que tudo faz para arruinar os bons, conhecendo e invejando essa graça, imaginou um modo espantoso de impedir a pregação da Palavra de Deus para a salvação dos povos. Incitou alguns sequazes que, desejosos de satisfazer a própria cobiça, atrevem-se a afirmar por aí que os índios ocidentais e meridionais (e outros povos cuja notícia presentemente chegou ao meu conhecimento), sob o pretexto de que são incapazes de receber a fé católica, devem ser sujeitados, como animais brutos, a nossa serventia, e os reduzem a servidão, infligindo maus tratos...". (...) "Nós, com autoridade apostólica, pela presente carta decretamos e declaramos: os ditos índios e todos os demais povos que no futuro vierem ao conhecimento dos cristãos, embora vivam fora da fé de Cristo, não deverão ser privados de liberdade e de propriedade de bens." (apud. Suess, 1992, p.273)

“seis meses do ano, de dois em dois, ficando os outros seis meses para tratarem de suas lavouras e famílias” (id., p.16-17).

O sistema de administração apresentado parece ser uma adaptação do praticado na América espanhola. Será que Vieira desconhecia a lastimosa situação dos nativos das audiências de Lima, La Paz ou Bogotá (Deiros, 1992, p.277s)? Improvável. Talvez pensasse que sem as minas, sem as riquezas dos impérios indígenas e com a ocupação em escala bem menor, a violência pudesse ser controlável. Mais importante, para nossa análise, é perceber como a “liberdade” dos índios torna-se bastante atenuada. O sacerdote jesuíta chegou a prometer “que nesta forma todos os índios deste Estado servirão aos portugueses” (id., p.17).

Um tempo de paz se seguiu a este sermão. A conciliação dos interesses, ao menos provisoriamente, obteve resultado. Enquanto isso, procuradores do Maranhão e do Pará articulavam em Lisboa a revogação da lei. Em outubro de 1653, o intento foi conseguido e a nova legislação permitia cativar índios em diversos casos (cf. Berredo, 1988, pp. 240-241). Todo o esforço de padre Antônio Vieira foi anulado.

Neste íterim, o missionário jesuíta optou por ir conhecer os povos “gentios” do rio Amazonas. O Pará recebeu-o com hostilidade. Na época da proclamação da primeira lei de 1653, o povo havia tentado expulsar a Companhia, relacionando a lei com as ações de Vieira. A viagem, devido às resistências, teve de ser modificada para uma entrada no Rio Tocantins. Mesmo com os empecilhos, até do capitão-mor, o padre parece contente embrenhado na selva, buscando contatar os povos ali residentes para o desamento e catequese. No fim do relato desta viagem, pede encarecidamente ao rei uma defesa eficaz contra tantas violências praticadas naqueles “sertões” pelos brancos (1952, p.163).

O missionário inaciano voltou adoentado. Quando recobrou as forças, foi para São Luís, sede de sua província religiosa. Os problemas com os colonos continuaram. Estes, possivelmente, queriam reduzir Antônio Vieira ao que consideravam sua função: apenas um padre. Decerto, sabiam do prestígio que ele tinha com o rei. Temiam seu poder, mais o político que o

religioso, claro. Nada adiantou. Após três iradas cartas de Vieira a D. João IV<sup>o</sup>, os jesuítas decidem pela ida de seu superior ao Reino para apresentar os interesses da missão.

Durante esse ano e meio passado no Estado do Maranhão, Vieira não deixou de usar sua principal arma: a pregação. Subia constantemente aos púlpitos, “pregava a Cristo crucificado” (1952, p.112). Os ânimos se agitavam contra a Companhia, e ele ia à igreja pregar o Evangelho de Cristo com “a sua eficácia e autoridade” (id., p.109). Após o “Sermão da Primeira Dominga da Quaresma”, já referido, sentiu que vencera, pois

... não uma alma ou uma família ou uma cidade, senão um Estado inteiro, em que todos, como habitualmente se iam dispondo para o Inferno, se puseram naquele dia em estado de salvação, ficando com ânimo preparado de restituir e por em liberdade a quantos os que tinham por escravos haviam feito o exame fossem julgados por livres... (id., *ibid.*)

O efeito, contudo, foi momentâneo. As conversões superficiais. Suas palavras lhe pareciam ecoar no vazio. A “boa semente” do Evangelho não germinava<sup>10</sup>. Padre Vieira se sentia como o santo português que lhe deu o nome: Antônio.

---

<sup>9</sup> Na primeira delas, por exemplo, Vieira inicia escrevendo: “...menos mal será um ladrão que dois” (1952, p.164). Referia-se aos governadores do Pará e do Maranhão, separados administrativamente neste período.

<sup>10</sup> Este será o tema do mais conhecido sermão de Vieira, pregado, em 1655, após sua ida para Lisboa. A questão discutida no “Sermão da Sexagésima”, a partir da parábola do sementeiro (Mt.13, 4-9), é: Por que a pregação não surte efeito?

### 3. Os peixes e os males do Maranhão

*Este Maranhão é maranha.*

Pe. Antônio Vieira, carta ao conde de Ericeira, em 23/05/1689

Seja em Portugal, seja em suas colônias, a devoção a Santo Antônio era muito popular. Ele era, afinal, o “santo que falava português” (Ruiz, 1995). Na Amazônia especificamente, existiam fortalezas – Santo Antônio de Gurupá, construída no início do século XVII – e cidades dedicadas ao santo capucho – Santo Antônio de Tapuytaperá, renomeada depois para São Pedro de Alcântara.

A fama desfrutada provinha, além da cultura religiosa trazida pelos lusitanos, do primeiro grupo missionário a se estabelecer no Maranhão e no Grão-Pará. Os franciscanos de Santo Antônio acompanharam a expedição militar de conquista daquela região. Posteriormente, em 1624, com a vinda dos dez frades liderados por Fr. Cristóvão de Lisboa, o trabalho catequético com os índios da Amazônia foi instituído oficialmente, logo sendo fundadas as primeiras aldeias (Reis, 1997, p. 115).

A festa de Santo Antônio devia, portanto, mobilizar muita gente. As famílias espalhadas pelas fazendas costumavam vir para a cidade nestes momentos (Raminelli, 1992). As autoridades desfilavam com suas insígnias, faziam questão de mostrar naquela “pujança seu prestígio e seu poder, quer exibindo, durante o cortejo, trajes e ornamentos verdadeiramente deslumbrantes, quer ocupando posição de relevo no desfile religioso ou em outras cerimônias” (Araújo, 1997, p. 181).

A missa em celebração ao santo de Lisboa e Pádua, realizada na cidade de São Luís, em 1654, teve como pregador o famoso pe. Antônio Vieira. O missionário jesuíta não se impressionou com a pompa das autoridades presentes. Pelo contrário, aproveitou daquele momento para pregar dirigindo-se diretamente a elas. O sermão a ser proferido, avisa o jesuíta do

púlpito, ao invés de ser sobre Santo Antônio, será como se fosse pregado pelo próprio santo<sup>11</sup>.

Para realizar o intento, Vieira construirá uma farsa. Ele seria frei Antônio, e os fiéis os peixes. Note-se que Santo Antônio, conhecido por ser o “Martelo dos Hereges”, a “Arca do Testamento”, pregou em muitas ocasiões e lugares. Mas o jesuíta escolhera justamente o caso da pregação em Rimini<sup>12</sup>.

A tradição está registrada nos “Fioretti”, obra da baixa Idade Média que reúne casos prodigiosos de S.Francisco e dos primeiros franciscanos (Assis, 1997, pp.1160-1162). Frei Antônio estava anunciando o Evangelho para grupos “hereges” ao norte da Itália – possivelmente valdenses – que não queriam escutá-lo. Resolveu, então, ir para a foz de um rio, “e estando assim na praia entre o mar e o rio, começou a dizer a modo de prédica, da parte de Deus, aos peixes: ‘Ouvi a Palavra de Deus, vós, peixes do mar e o do rio, pois que os infiéis heréticos escusam-se de ouvi-la’” (id., p.1160).

Os peixes logo apareceram, colocando a cabeça para fora da água, assim permanecendo a “escutar” aquela pregação. Não só isso. Diante das sublimes palavras enunciadas pelo santo, começaram “a abrir as bocas e inclinar as cabeças e com estes e outros sinais de reverência, segundo o modo que puderam, louvaram a Deus” (id., p.1161).

Pe. Antônio Vieira retoma a cena na foz do rio Bacongo, havendo, todavia, uma diferença fundamental: ele dirige-se a homens como se fossem peixes. Livremente, tece elogios aos seres aquáticos reais, alternando com críticas aos peixes fictícios. Por exemplo:

Quem olhasse neste passo para o mar e para a terra, e visse na terra os homens tão furiosos e obstinados, e no mar os peixes tão quietos e

---

<sup>11</sup> O pregador diz pensar há muitos dias “que nas festas de santos é melhor pregar como eles, que pregar deles” (Vieira, 1997, p.122). Para este sermão, utilizamos a edição organizada por fr. Clarêncio Neotti dos sermões feitos por Vieira sobre Santo Antônio.

<sup>12</sup> Na pregação, a cidade é chamada de Arimino, seu antigo nome.

tão devotos, que havia de dizer? Poderia cuidar que os peixes irracionais se tinham convertido em homens, e os homens, não em peixes, mas em feras. Aos homens deu Deus o uso da razão, e não aos peixes; mas neste caso os homens tinham a razão sem uso, e os peixes o uso sem razão. Muito louvor mereceis, peixes, por este respeito e devoção que tivestes aos pregadores da Palavra de Deus... (1997, p.125).

No decorrer de seu discurso, as comparações satíricas e irônicas se aprofundarão cada vez mais. Em certo sentido, ele segue um roteiro do geral ao particular, da natureza às “maranhas” do Maranhão. Mas antes de prosseguirmos na análise, é importante atentarmos para os recursos retóricos utilizados.

A “literatura” religiosa do século XVII era basicamente “figural”<sup>13</sup>. Isto significa, seguindo a percepção de Gerard Genette, que os temas das verdades morais abordadas pelo orador deveriam “ser figurados por metáforas e comparações tiradas do mundo da realidade física” (1972, p.168). Esse traço das metáforas geradoras de novas metáforas – o “discurso engenhoso”, como era chamado – é bem conhecido, sendo uma característica do barroco literário (Pécora, 1994).

O caso em apreço não é bem este. Obviamente que no “Sermão dos Peixes”, como em outros sermões, Vieira explora ao máximo as “figuras” do texto bíblico, da tradição eclesiástica e da história. Mas existe algo mais transpassando todo o sermão tratado. Este elemento é a ironia.

Sermões altamente irônicos, como o “dos peixes”, não são tão comuns. Esta estratégia discursiva é difícil de adaptar-se aos objetivos conversionistas das pregações religiosas. Antônio Vieira o fará, convidando, como é praxe, os fiéis ao arrependimento no final. Porém, conclui dizendo:

---

<sup>13</sup> O termo, na verdade, foi proposto por Auerbach para a literatura antiga e medieval. Com ele, o crítico alemão refere-se à interpretação da história a partir de um plano metafísico, divino (1976,p.501). Para Magalhães, este modo figurativo de abordar a experiência e o texto considerado sagrado é uma constante nas religiões (2000,p.107-108).

“Não acaba o nosso sermão em graça e glória” (1997, p.157). Ao encerrar assim, o pregador inaciano ainda nos deixa outra pista quanto aos recursos usados: este sermão foi estruturado na forma de uma tragédia<sup>14</sup>.

A ironia pertence, antes de mais nada, à literatura trágica. Northop Frye, retomando Aristóteles, o deixa bem claro. Através da técnica de invocar “uma configuração de palavras que se afastam da afirmação direta”, o autor ironiza a situação vigente, demonstrando o “trágico” da mesma (Frye, 1973, p.46).

O missionário jesuíta sentia-se impotente. Por mais que tentasse agir pelo “bem” do Maranhão, só encontrava oposições. Restou, então, satirizar alegoricamente os costumes e pessoas ali encontradas. No “Sermão dos Peixes”, padre Vieira, com todo seu gênio, terminou adotando o estilo argumentativo comumente utilizado para fugir das censuras sociais e institucionais (Todorov, 1979, p.161).

Existem muitos peixes nos textos bíblicos. Um deles salvou Jonas, missionário que queria fugir de sua missão. Outro salvou Tobias de ser morto pelo demônio (Vieira, 1997, p.129). Esses peixes serviram aos propósitos de Deus, merecem louvores. Deveriam ensinar os cristãos a fazer o mesmo. O início tradicional, recorrendo aos exemplos da Bíblia, faz o pregador parar e exclamar: “Ah, moradores do Maranhão, quanto eu vos pudera dizer neste caso! (...) Mas, ah! sim, que não me lembrava! Eu não vos prego a vós, prego aos peixes” (id., p.130).

A farsa é escancarada. Pe. Antônio Vieira passa, então, a retirar exemplos da “história natural” para referir-se a seu auditório.

A pesca, por exemplo, era uma prática bem difundida. O peixe e a farinha constituíam a principal alimentação dos habitantes daquela região. O jesuíta descreve as artes da pescaria, particularmente do peixe chamado

---

<sup>14</sup> Utilizamos este termo com o sentido em que aparece na teoria literária, e não como fez Palacin (1986) referindo-se à situação de Vieira em relação à “consciência possível” de sua época.

“torpedo”. Sua característica principal é que, quando fisgado, pela força e pelos movimentos do peixe, ele faz tremer muito os braços dos pescadores. O orador sacro explora a metáfora. Na terra muitos “pescam”, mas pouco “tremem”, ou seja, não temem as punições. Quem seriam tais pescadores? Vieira responde através dos símbolos:

No mar pescavam as canas, na terra pescam as varas – e tanta sorte de varas – pescam as ginetas, pescam as bengalas, pescam os bastões, e até os cetros pescam, e pescam mais que todos, porque pescam cidades e reinos inteiros (1997, p.133).

Os elementos listados representam os militares, os comerciantes, os nobres e os reis. Em suma, a classe dirigente. Até o rei foi incluído, pois, como já vimos, tinha cedido aos interesses dos moradores, querendo também aumentar seus dízimos e revogara a lei sobre a liberdade dos índios.

Do outro lado do edifício social, o povo. Este foi representado por um peixe curioso chamado “quatro olhos”. Tal espécie, o sacerdote conheceu indo ao Pará (id., 134). Por sua descrição, teria realmente quatro olhos, dois voltados para cima, dois para baixo. Que contradição, deduz Vieira, tantos olhos em um bichinho e tantas gentes vivendo na cegueira (id., *ibid.*). Além disso, o povo do Maranhão tentava fazer como aquele peixe, olhar para o céu e para a terra ao mesmo tempo. Se tivessem fé, se utilizassem a razão, olhariam diretamente para cima, almejando as benesses celestiais, e diretamente para baixo, lembrando das penas futuras do inferno (id., p.135).

Dessas lições morais inspiradas na natureza, tão comuns naquele período (Quadros, 2001), padre Vieira passou a tecer comparações entre os aspectos negativos da vida aquática e a humana. Inicia seu argumento abordando o horror dos peixes comerem-se uns aos outros. Isto lembra os rituais antropofágicos de muitas tribos da Amazônia. Os fiéis, talvez, tenham esperado que o orador falasse algo negativo dos indígenas. Puro engano. “Cuidais vós que só os tapuias se comem uns aos outros? Muito maior açougue é o de cá, muito mais se comem os brancos” (id., p.138).

Ironicamente, o Jesuíta trata da corrupção que permeia a sociedade. Todos “comem” um pouco e os grandes se “alimentam” dos pequenos. O maior é o governador, citado literalmente: “... os maiores, que cá foram mandados, em vez de governar e aumentar o mesmo estado, o destruíram, porque toda a fome que de lá traziam, a fartavam em comer e devorar os pequenos. Assim foi.” (id., p.140).

Um pouco depois, Vieira cita um verso latino tratando da responsabilidade administrativa<sup>15</sup>. Na sua visão hierarquizada, o governador era o grande responsável pelas desordens, pelos movimentos contra a Companhia de Jesus e violências contra os índios. Aliás, quando retornar de Portugal, em 1655, ele trará um novo governador<sup>16</sup> bastante amigo dos jesuítas para os dois Estados novamente reunidos, Maranhão e Pará .

O governo representava a sociedade maranhense, fundada na exploração injusta da mão-de-obra indígena. O pregador volta a tocar neste ponto tão debatido durante sua permanência nas terras e águas da Amazônia:

Dir-me-eis, como também dizem os homens, que não tendes outro modo de vos sustentar: E de que se sustentam entre vós muitos que não comem os outros? O mar é muito largo, muito fértil, muito abundante, e só com o que bota às praias, pode sustentar grande parte dos que vivem dentro nele. Comerem-se uns aos outros é voracidade e sevícia, e não estatuto da Natureza (id., p.142).

Se não é uma lei da natureza, por que isto é feito? Por causa da cobiça humana, da busca de riqueza fácil, de uma honra fútil e vaidosa. Estas são as “iscas”. Os comerciantes reinóis as colocam para pescá-los, deixando os povoadores lusos “engasgados e presos, com dívidas de um ano para o outro, e de uma safra para outra safra” (id., p.144).

<sup>15</sup> Está sem autoria: “Vós, a quem o governador de mar e da terra/ concedeu o grande direito de vida e morte/ recolhei a vossa prudência e orgulho/ Porque tudo o que de nós teme o pequeno/ Com isso nos ameaça um senhor maior” (id.,ibid).

<sup>16</sup> Este foi André Vidal Negreiros, herói na guerra contra os holandeses.

Pe. Antônio Vieira não se satisfaz com essa abordagem geral e sarcástica do Estado do Maranhão. Antes das advertências finais, ele resolve colocar ainda algumas coisas “contra alguns de vós” (id., p.145). Ali havia os homens/peixes “roncadores”. Eles faziam muito barulho, mas não tinham nenhum poder. Outros são os “pegadores”. São especialistas em se apegar aos “tubarões”, não havendo vice-rei ou governador “que não vá rodeado de pegadores” (id., p.147). Mas quando o tubarão é pescado, adverte no sermão, os “pegadores” também o são. “Eis aqui, peixinhos ignorantes e miseráveis, quão errado e enganoso é este modo de vida que escolheste” (id., p.148).

Os peixes voadores são uma anomalia. Não se contentam com a vida aquática, não se conformam à sua natureza e querem ser pássaros. Porém, ao tentar voar, eles caem constantemente no convés dos navios. Os outros peixes são mortos pelas iscas; estes são mortos pela “presunção”. Por isso, cuidado, avisa o padre, “quem quer mais do que lhe convém, perde o que quer e o que tem. Quem pode nadar, e quer voar, tempo virá que não voe nem nade” (id., pp.150-151).

A última metáfora é a mais ousada. Não se reduz a ser uma comparação entre características dos animais e das pessoas. Agora a semântica provém também da fonética. O pregador trata do “irmão polvo”, conhecido por ser “o maior traidor do mar” (id., p.152). Ao escolhê-lo, Vieira toma um dos símbolos mitológicos das forças demoníacas e do inferno (Becker, 1999, p.222). Nada mais oposto ao símbolo do peixe, representando, desde a época da igreja primitiva, a fé em Jesus Cristo (id., p.214).

#### 4. O naufrágio da Igreja?

*Saiba o mundo, saibam os hereges e os gentios que não se enganou Deus quando fez aos Portugueses conquistadores e pregadores de seu santo nome.*

Vieira, “Sermão da primeira domingo da Quaresma”, 1653.

Era difícil aportar em São Luís. As embarcações esperavam a maré encher e iam contornando cuidadosamente os baixios. Grande parte dos brancos presentes na igreja tinha vivenciado o temor de naufragar estando tão perto do destino. Pe. Antônio Vieira toca nesta experiência em seu sermão. Como relaciona os navios a S. Pedro, o sentido do símbolo torna-se bastante claro, retomando-se uma antiga figura para a igreja cristã (Heinz-Mohr, 1994, p.259).

A igreja poderia naufragar no Estado do Maranhão. Quando, por força de lei, os princípios do Evangelho guiavam as relações com os povos indígenas, os moradores tentavam expulsar o clero. Assim tinham feito quando os franciscanos de Santo Antônio começaram as missões (Willeke, 1978, p.144). Igualmente, haviam se oposto à Companhia de Jesus (Moraes, 1987, p.212s). Se os interesses dos colonizadores prevaleciam, a utilização da mão-de-obra prejudicava enormemente o trabalho catequético, além de levar, na época já se percebia, ao extermínio de inúmeras nações. Nem parecia que Deus havia escolhido os portugueses para serem embaixadores de Cristo pelo mundo.

O irônico sermão pregado visa salvar a igreja e, conseqüentemente, o Estado lusitano, conforme concebiam os religiosos, daquela tragédia. Padre Vieira esperava, obviamente, que a Palavra de Deus surtisse seus efeitos. Quem sabe, também o poderoso Santo Antônio não vencida aqueles “demônios”?<sup>17</sup> Mas o astuto jesuíta não queria depender só de milagres.

---

<sup>17</sup> A muito difundida “oração paduana”, do século XIII, dizia: “Se milagres desejais, recorre a Santo Antônio. Vereis fugir o demônio e as tentações infernais”.

Houve “furor” na cidade após a pregação do “Sermão dos Peixes”, informa Lúcio D’Azevedo. Para esse autor, a viagem de Vieira, três dias depois, foi às escondidas (1918, p.256). Na documentação, encontramos que sua ida a Portugal já estava predeterminada (Bettendorff, 1990, p.84). Como sabia da partida próxima de seu navio, o sacerdote inaciano se sentiu livre para criticar quem bem entendesse. Chegando ao Reino, essa atitude em nada alteraria seu prestígio com D.João IV.

Sua esperança foi confirmada. A segunda lei de 1653 foi revogada. A lei de 1655 seguiu de perto as sugestões dadas por Vieira (Leite, 1943, pp. 51-54). Ele voltou ao Estado do Maranhão mais poderoso ainda. Os missionários obtiveram todo o poder temporal e espiritual das aldeias indígenas, que deveriam ser

... administradas por párocos regulares de uma só religião, e não de muitas, pelas particulares razões que a isso obrigam, e que esta seja da Companhia de Jesus, pela muita experiência que se tem de seu zelo, muita aplicação e indústria para a conversão das almas, e pelo muito que estão aceitos aos índios desse estado (Regimento, 1902, p.41).

Diante da derrota e da força dos jesuítas, os moradores do Maranhão se aquietaram, pelo menos durante algum tempo. Seis anos depois, aconteceu o levante que expulsou pe. Antônio Vieira do Estado. Ele ficará proibido de retornar àquelas terras. Foi por essas idas e vindas, agitações de uma paixão profunda, que o filme de Manuel de Oliveira termina focalizando ondas do alto mar...

#### ABSTRACT

QUADROS, Eduardo Gusmão. Antonio Vieira and the Maranhão’s Sea. *Temporis(Ação)*, Goiás, v. 1, nº 7, Jan/Dez 2003.

Antônio Vieira’s sermons were incorporated in the history of the Brazilian and Portuguese

literature. But would they even be considered literature? May they be used as historical sources? In this article, we thought about such subjects, using literary theories to understand the history and the historical experience to illuminate the textual analysis. The study's based in the "Sermão dos Peixes", uttered in 1654, in the city São Luís do Maranhão.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubem. *O que é religião?* São Paulo: Loyola, 1999.
- ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*. Brasília: Ed.UNB, 1997.
- ASSIS, S.Francisco de. *Escritos e biografias de São Francisco de Assis*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. Trad.Geraldo G. de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- BARTHES, Roland. História ou literatura? In: Berrento, João (org.) *História literária – problemas e perspectivas*. Lisboa: materiais críticos, 1986, p.43-67.
- BECKER, Udo. *Dicionário de símbolos*. Trad.Edwino Royer. São Paulo: Paulus, 1999.
- BENJAMIM, Walter. *O narrador*. In: Benjamin; Horkheimer; Adorno; Habermas. *Textos escolhidos* (Col.Os pensadores). Trad.José L.Grimmewlad. São Paulo: Abril Cultural, 1989, p.57-74.
- BEOZZO, José Oscar. *Leis e regimentos das missões*. São Paulo: Loyola, 1983.
- BERREDO, Bernardo. *Anais históricos do Estado do Maranhão [1749]*. Rio de Janeiro: Alumar, 1988.
- BETTENDORF, João. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão [1686]*. Belém: Secult, 1990.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e historia literária* (7ª.ed.). São Paulo: Editora Nacional, 1985.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DEIROS, Pablo. *Historia del cristianismo em América Latina*. Buenos Aires: FTL, 1992.
- EICHER, P. (dir.) *Dicionário de conceitos fundamentais de teologia*. Trad.João R. Costa. São Paulo: Paulinas, 1993.
- FEUERBACH, Ludwig. *Preleções sobre a essência da religião*. Trad. José da S. Brandão. São Paulo: Papyrus, 1989.
- KOTHE, Flávio. *O cânone colonial*. Brasília: Ed.UNB, 1997.

- FRYE, Northop. *Anatomia da crítica*. Trad. Péricles E. de S. Ramos. São Paulo: Cultrix, 1973.
- GENNETTE, Gerard. *Figuras*. Trad. Ivone F. Mantoanelli. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- HEINZ-MOHR Gerd. *Dicionário dos símbolos: imagens e sinais da arte cristã*. Trad. João R. da Costa. São Paulo: Paulus, 1994.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil* (vol.IV). São Paulo: Editora Nacional, 1943.
- MAGALHÃES, Antônio C de Melo. *Deus nos espelho das palavras: teologia e literatura em diálogo*. São Paulo: Paulinas, 2000.
- MORAES, José de. *História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987.
- MORÃO, Manuel e Galego, José. *O pregador*. In: Villari, Rosário (org.) *O homem barroco*. Lisboa: Presença, 1995.
- NANCIENE, G. *Literatura*. Lisboa: Einaudi, s/d.
- NEVES, Luís F. B. *Vieira e o imaginário social jesuítico*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- PALACIN, Luís. *Vieira e a visão trágica do Barroco*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- PÉCORA, Alcir. *Teatro do sacramento*. São Paulo: Edusp, 1994.
- QUADROS, Eduardo. *O voto de Vieira*. Boletim Análise de Conjuntura, Goiânia, 13, CNL/CNBB, Jan./fev.2002, p.19-24.
- QUADROS, Eduardo. *Natureza e mística na conquista do Brasil*. Universidade Católica de Goiás, Fragmentos de cultura, 11, 6, nov./dez. 2001, p.1051-1054.
- RAMINELLI, Ronald. Simbolismo do espaço urbano colonial. In: Vainfas, RONALDO (org.) *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992, p.163-175.
- Regimento dado a Ande Vital Negreiros, governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará*. Anais da Bibliotheca e Arquivo Público do Pará, vol.1, 1902.
- REIS, Arthur Cezar F. *A conquista espiritual da Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
- RUIZ, Roberto. *Antônio: um santo que falava português*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SUESS, Paulo (org.) *A conquista espiritual da América Espanhola*. Rio de Janeiro; Vozes, 1992.
- TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. Trad. Leyla Perone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 1979.

TODOROV, Tzvetan. *Os gêneros do discurso*. Trad. Elisa A Korrovitch. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

VIEIRA, Antônio. *Cartas*. Rio de Janeiro: W.M.Jackson, 1952.

VIEIRA, Antônio. Sermão da sexagésima e Sermão da primeira domingo da quaresma. *Sermões (vol. 1 e 3)*. Porto: Lello & irmão editores, 1959, p.3-38.

VIEIRA, Antônio. *Sermões (Vol.3)*. Porto: Lello & irmão editores, 1959, p.1-22.

VIEIRA, Antônio. *Santo Antônio luz do mundo: nove sermões*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

WILLEKE, Venâncio. *Missões franciscanas no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.